

SIMULADO: PROFESSOR NILTON COUTINHO¹ - PREPARATÓRIO PARA O CONCURSO DE PROCURADOR DO DF

QUESTÕES DE ESTATUTO DAS CIDADES

1) Com base na Constituição Federal e no estatuto da cidade, julgue o item a seguir:
A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor

¹ Procurador do Estado de São Paulo. Doutor em Direito.

2) Com base no estatuto da cidade, julgue o item a seguir:

Compete à União, entre outras atribuições de interesse da política urbana, legislar sobre normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em relação à política urbana, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional;

3) Sobre a Política Urbana delineada na Constituição da República de 1988 e o Estatuto da Cidade, julgue o item a seguir:

A fim de garantir a gestão democrática, podem ser utilizados os seguintes instrumentos, nas esferas nacional, estadual e municipal, taxativamente arrolados pela Constituição da República de 1988: órgãos colegiados de política urbana; debates, audiências e consultas públicas; e conferências sobre assuntos de interesse urbano.

4) Com base no disposto na Constituição da República de 1988 e no Estatuto da Cidade, julgue o item a seguir:

Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

5) Com base no disposto na Constituição da República de 1988 e no Estatuto da Cidade, julgue o item a seguir:

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

6) Com base no Estatuto da cidade, julgue o item a seguir:

Os incentivos e benefícios fiscais e financeiros constituem-se como um instrumento jurídico e político previsto no Estatuto da cidade.

7) Com base no Estatuto da cidade, julgue o item a seguir:

O proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis. Tal direito abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística.

8) Com base na legislação urbanística, julgue o item a seguir:

incorre em improbidade administrativa o prefeito que impede ou deixa de garantir a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade no processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação.

9) Com base na legislação urbanística, julgue o item a seguir:

Lei estadual específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação

10) Com base na legislação urbanística, julgue o item a seguir:

Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.